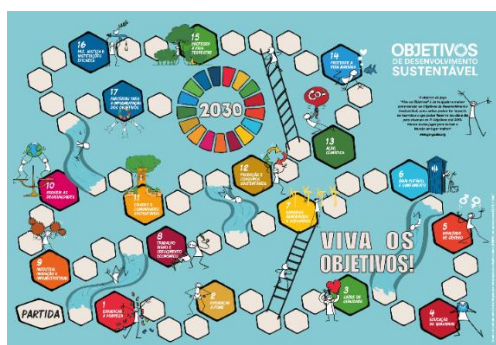




Plano de Ação – CircularNet

Área Temática: Economia Circular



Cidade: Praia da Vitória

Elaborado por: Gabinete de Educação Ambiental- Praia Ambiente, E.M.

Data: junho de 2023

Índice

Mensagem do Presidente	3
Sumário Executivo.....	4
1. Contexto & Processo	5
Contexto da Cidade	5
Definição do Problema	6
Enquadramento Político do Projeto	8
Processo de Desenvolvimento do Plano de Ação.....	9
Visão & Foco	13
2. Plano de Ação	15
Proposta de Valor	15
Plano de Ação	17
Eixo 1– Fluxo de Biorresíduos	17
Ação 1– Implementação da Recolha Seletiva de Biorresíduos ao “Doméstico”	17
Ação 2 – Implementação da Recolha Seletiva de Biorresíduos ao Não Doméstico.....	18
Eixo 2 – Produção e Consumo Sustentável	20
Ação 3 – Combate ao Desperdício Alimentar	20
Eixo 3 – Comunicação, Sensibilização e Educação Ambiental	22
Ação 4 – Campanhas de Informação e Capacitação	22
Ação 5 – Plano de Comunicação dos Resultados Obtidos	24
Abordagem Integrada.....	25
Modelo de Governança	28
3. Alinhamento com Financiamentos	30
Investimento Previsto.....	30
Fontes de Financiamento	3032
4. Monitorização & Avaliação	35
5. Comunicação & Consulta Pública.....	42
6. O Futuro	45
Agradecimentos	4647
Anexos & informação de Apoio	47

Mensagem da Presidente

A sustentabilidade económica tem vindo a ser uma preocupação crescente do município, revelando-se ser muito importante a nossa participação neste Projeto de economia urbana para a circularidade da Iniciativa Cidades Circulares”. Deste modo, ser possível receber apoio e capacitação necessária para iniciarmos a transição para uma economia circular. O facto de termos acesso a novas metodologias de trabalho, nomeadamente, Programa URBACT transforma-nos.

Consideramos que a mudança e a transição para a economia circular, dependem de uma alteração de atitudes, comportamentos e expectativas dos cidadãos.

Ao fazermos parte deste projeto “CircularNet – Plataforma para a circularidade: Comunidade, Empresas e Ambiente Natural”, esperamos contribuir de forma assertiva e célere no encontro de soluções que garantam a boa gestão de resíduos, bem como, o cumprimento das boas práticas ambientais e legislação em vigor.

A proximidade criada com os nossos munícipes permite-nos determinar o melhor rumo a assumir na persecução de objetivos que envolvam a comunidade, garantindo o envolvimento destas na criação de soluções que reforcem o desenvolvimento ambiental do Concelho.

Esta partilha de conhecimentos com outros municípios foi muito enriquecedora e será decisiva a nível concelhio, considerando que os bons princípios ambientais discutidos serão implementados e que assim formamos cidadãos proativos na vertente ambiental.

A todos os que nos acompanham e contribuem para o cumprimento das nossas funções, deixo aqui um agradecimento. Acredito que possamos continuar a trilhar um caminho de proximidade em prol da sustentabilidade ambiental e da transição municipal para a Economia Circular.

Sumário Executivo

Com o enquadramento da Economia Circular, a União Europeia aprovou em 2018 um novo pacote de Diretivas para os Resíduos, onde foram definidas metas para a gestão de resíduos, que implicarão não só alterações profundas nos sistemas técnicos de gestão de resíduos, mas também alterações no comportamento dos cidadãos e empresas.

A Diretiva (UE) 2018/851, estabelece a meta de preparação para reutilização e reciclagem (PRR) dos resíduos urbanos de 65% até 2035 e a implementação da recolha seletiva de biorresíduos a partir de 31 de dezembro de 2023.

Essa valorização orgânica contribui para as metas de PRR de resíduos urbanos e a partir de 2027, apenas os biorresíduos recolhidos seletivamente serão contabilizados para esta meta de PRR na quantidade efetivamente sujeita ao processo de reciclagem, ou seja, após quaisquer processos de limpeza ou triagem que sejam necessários para uma reciclagem de elevada qualidade.

Os biorresíduos no município da Praia da Vitória no ano 2021, representavam cerca de 38% e no ano de 2022 cerca de 50% da composição dos resíduos indiferenciados - compostos por resíduos alimentares e resíduos verdes, constituindo-se assim como uma oportunidade significativa para aumentar as taxas de reciclagem municipais e regionais e reduzir o impacto ambiental provocado pela produção de resíduos, pois a sua valorização contribui significativamente para o enriquecimento dos solos através do composto produzido.

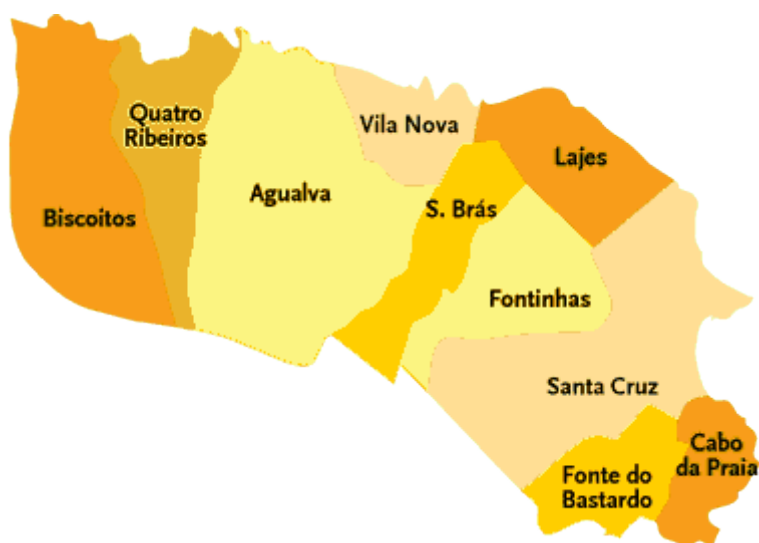
O fomento da compostagem doméstica e comunitária, será um contributo para um maior envolvimento dos munícipes na transformação dos biorresíduos em composto, alocando-se técnicos para gerir esta atividade a tempo inteiro, visto tratar-se de um processo exigente e moroso.

No município existem soluções para a recolha dedicada da fração de resíduos verdes implementadas. Para os resíduos alimentares (apenas alimentos crus) foi implementado um sistema piloto junto do setor doméstico, numa das freguesias do concelho, o qual ficou aquém do esperado, sendo necessário considerar novos modelos ou alargar a recolha seletiva de biorresíduos ao setor doméstico das restantes freguesias e iniciar um sistema de recolha ao não doméstico, como forma de garantir o aumento das taxas de preparação para reutilização e reciclagem, e o desvio destes resíduos da valorização energética.

1. Contexto & Processo

CONTEXTO DA CIDADE

O concelho da Praia da Vitória localiza-se na ilha Terceira, na Região Autónoma dos Açores (RAM) (NUT II e III). Ocupa uma superfície de 162,3 km², distribuída por 10 freguesias e 1 vila, num total de 19 482 habitantes (Censos 2021), tendo uma densidade populacional de aproximadamente 120 hab/km².



A Praia da Vitória é um município dedicado essencialmente ao setor primário, em que 48,1% da área do concelho destina-se à exploração agrícola. No setor secundário destaca-se a indústria dos laticínios.

A localização geoestratégica da ilha, as infraestruturas de transportes intercontinentais, a agroindústria, a cultura, o património edificado e imaterial, a qualidade ambiental e o mar são fatores distintivos que potenciam o desenvolvimento, com destaque para o aumento do alojamento local e turismo rural do concelho.

É no centro urbano que se tem desenvolvido as atividades terciárias, particularmente relacionadas com o comércio a retalho e serviços, enquanto na zona rural, o comércio por grosso e alguns serviços.

O potencial do setor turístico, através dos estabelecimentos HORECA, referentes a restaurantes e estabelecimentos similares, contribui em larga escala na produção de biorresíduos.

O município conta com o seu setor de ambiente para desenvolver boas práticas ambientais e sustentáveis, já que este contempla as áreas de Património Natural, com as zonas Húmidas, Trilhos pedestres e zonas Balneares (Galardão Azul e Galardão Praia Acessível).

Existem 3 zonas húmidas no concelho com grande importância ecológica, pertencentes ao programa Life CWR (Coastal Wetland Restoration)- Projeto de Restauro Ecológico e Conservação da Infraestrutura Verde Húmida Costeira da Praia da Vitória:

- a) Paúl do Belo Jardim;
- b) Paúl da Praia da Vitória (Convenção de RAMSAR como zona húmida de importância internacional);
- c) Paúl da Pedreira do Cabo da Praia.

A responsabilidade do município é acrescida, em manter as boas práticas ambientais e a estratégia de desenvolvimento sustentável, enquadrada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ODS), para que desse modo possa garantir a salvaguarda do seu património natural, a melhoria da qualidade de vida dos seus residentes e turistas que nos visitam, práticas essas que devem obedecer ao programa europeu do Life CWR, integrando a preservação, valorização e sustentabilidade ambiental.

A Praia Ambiente, E.M. tem como missão promover a preservação do ambiente, prevenção do ambiente e execução das boas práticas ambientais. A empresa tem implementado um Sistema de Gestão Integrado (SGI) em Qualidade (NP EN ISO 14001:2015) e Ambiente (NP EN ISO 9001:2015).

No âmbito de atuação da Praia Ambiente, E.M., integra-se ainda o ODS 6 – Água Potável e Saneamento.

DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

A tipologia de resíduo integrado neste plano e assegurado pela Praia Ambiente, E.M., enquanto entidade gestora “em baixa” (recolha e transporte), são os biorresíduos. Definidos como os resíduos biodegradáveis de espaços verdes, nomeadamente os de jardins, parques e campos desportivos; e os resíduos alimentares da cozinha das habitações, dos restaurantes, das unidades de catering e de retalho e os resíduos similares das unidades de transformação de alimentos.

Desde 2007 que a Praia Ambiente, E.M., com competência delegada pela Câmara Municipal da Praia da Vitória, enquanto entidade gestora de Resíduos em todo o concelho, veio a implementar gradualmente um sistema integrado de gestão de resíduos urbanos, focando-se nos resíduos seletivos multimaterial, indiferenciados e fluxos específicos.

As entidades gestoras de resíduos urbanos “em alta”, sediam-se no concelho vizinho e são elas a Teramb, Eem e Resiaçores.

Quadro I – Sistema de Gestão de Resíduos

Sistema de Recolha		N.º contentores	Tipologia	População Abrangida
Indiferenciado	Contentores de superfície	345	Carga traseira 800L	19482
	Porta a porta	n.d	Sacos e contentores	
Seletiva Multimaterial	Ecopontos	260	Cyclea de 2,5m³	19482
OAU	Ecopontos	23	Cyclea de 1,5m³	19482
Monstros	Serviço solicitado	n.d	n.d	19482
Verdes	Solicitado	n.d.	n.d.	19482
Verdes + alimentares	Via pública	5	800L	670
Origem Comercial (Não Domésticos)	Seletiva Multimaterial	537	Carga traseira 120L a 800L	148
	Indiferenciado	150	240L a 800L	1923
	OAU	62	30L	HORECA

As recolhas traduzem-se pela fração de indiferenciado “Doméstico” e “Não Doméstico”, fração seletiva multimaterial em ecopontos, canal Horeca, grandes Produtores e fluxos específicos, como recolha de monstros, verdes e OAU.

Os biorresíduos produzidos pelo município, particularmente, os alimentares são recolhidos e tratados em conjunto com a fração indiferenciada.

Em dezembro de 2021, a empresa iniciou o projeto piloto de recolha seletiva de biorresíduos, implementado na freguesia de Cabo da Praia. Destinado à população da freguesia, 600 hab, e para os resíduos de jardins e alimentares não cozinhados, com a distribuição de 5 contentores de 800L na via pública, junto às ecoilhas. Atualmente, verifica-se que a população desmobilizou-se do processo e que os contentores são utilizados indevidamente pelos lavradores agrícolas, produzindo-se apenas resíduos indiferenciados.

A fração de biorresíduos (alimentares e verdes), representa 50% dos resíduos indiferenciados recolhidos, revelando-se uma problemática ambiental, bem como um desperdício de um produto com valor acrescentado.

O Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores, PePgra20+, estabelece medidas que contribuem para a economia circular, tendo como meta o aumento da preparação para a reutilização e reciclagem. Face ao exposto, é necessário a implementação de uma recolha seletiva de biorresíduos, de forma a assegurar não só que, os resíduos são efetivamente objeto de operações de valorização, mas também que o processo de valorização é facilitado e melhorado. Tal, implica a necessidade de transição para um modelo de tratamento, que passe pela separação e reciclagem na origem bem como uma recolha seletiva de biorresíduos (a partir de 31 de dezembro de 2023).

Esta operação envolverá custos elevados, que à data, nem o município da Praia da Vitória, nem a Praia Ambiente, E.M., estão em condições financeiras, humanas e operacionais de os garantir, sem recorrer ao cofinanciamento do investimento a realizar.

ENQUADRAMENTO POLÍTICO DO PROJETO

A estratégia europeia tem como objetivo contrariar o modelo sustentado numa economia linear, tornando-se fundamental acelerar a transição para um modelo que permita dissociar o crescimento económico de utilização dos recursos, promovendo energeticamente a transição para uma economia circular e contribuindo para a descarbonização.

A Diretiva n.º 2018/851, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio estabelece as medidas de proteção do ambiente e da saúde humana, prevenindo ou reduzindo a produção de resíduos e os impactos adversos decorrentes da produção e gestão de resíduos, e reduzindo os impactes gerais da utilização dos recursos, melhorando a eficiência dessa utilização, medidas essas que são fundamentais para a transição para uma economia circular.

O Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 93/2021 e Lei n.º 52/2021, transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2018/851 do Parlamento Europeu e do Conselho de 30 de maio de 2018, aprova o novo regime geral da gestão de resíduos (RGGR). Transpõe as metas relativas à preparação para a reutilização e à reciclagem de resíduos, as novas obrigações relativas à recolha seletiva, com vista a assegurar a recolha seletiva de Biorresíduos entre outros.

As políticas comunitárias e nacionais têm assumido uma visão integrada da gestão de resíduos traduzindo-se, prioritariamente, na prevenção da quantidade e perigosidade dos resíduos e na maximização das quantidades recuperadas para valorização, sendo as metas para a reciclagem muito ambiciosas, com a obrigação da recolha seletiva de biorresíduos a partir de 31 de dezembro de 2023.

A Região tem vindo a traçar um caminho de crescimento, registando uma evolução positiva no que se refere à valorização dos resíduos produzidos. O enquadramento legislativo da região advém maioritariamente da transposição da legislação comunitária e nacional.

O Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/2016/A, de 6 de outubro, estabelece o regime geral aplicável à prevenção, produção e gestão de resíduos e aprova o regime jurídico do licenciamento e concessão das operações de gestão de resíduos dos Açores.

Um novo âmbito da estratégia de Gestão de Resíduos da Região Autónoma dos Açores passa por políticas de mitigação, adaptação às alterações climáticas e consumo mais eficiente dos recursos, sendo um desafio ambicioso para uma região com características próprias de insularidade.

O PEPGRA 20+, estabelece a visão, os objetivos, as áreas estratégicas e as metas globais e específicas, bem como as medidas a implementar no quadro dos resíduos urbanos e não urbanos para a região e a estratégia que suporta a sua execução, encontrando-se a aguardar a aprovação em decreto lei.

Os objetivos estratégicos para a RAA, passam por prevenir a produção de resíduos e os seus impactes no ambiente; promover a gestão integrada e sustentável dos resíduos e promover a eficiência na utilização de recursos, contribuindo para uma Economia Circular e indo de encontro aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com a implementação da recolha seletiva de biorresíduos e sua valorização.

A ação sobre os biorresíduos tem impactos positivos em pelo menos 5 dos 17 ODS (2,7,12,13 e 15), sendo o ODS12 o mais relevante, referente à Proteção e Consumo Sustentáveis (Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis), com as seguintes metas a atingir:

- até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais;
- até 2030, reduzir para metade o desperdício de alimentos per capita a nível mundial, de retalho e do consumidor, e reduzir os desperdícios de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo os que ocorrem pós-colheita;
- até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização;
- Incentivar as empresas, especialmente as de grande dimensão e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informação sobre sustentabilidade nos relatórios de atividade;
- Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais; e
- Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e consciencialização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.

PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE AÇÃO

Os biorresíduos representam a maior fração do nosso "caixote do lixo", assim sendo, é necessário desenvolver e articular um plano local de ação integrado (PLAI) que contemple os objetivos do projeto da Rede Circularnet, associado à metodologia URBACT. Esta tem como principais pilares o processo de co-produção de novas políticas urbanas, através da co-criação em cada cidade de um Grupo de Planeamento de Ação Local (GPAL) e processo de aprendizagem mútuo baseado na partilha de experiências entre cidades (Reuniões Intermunicipais).

A execução do PLAII é um importante contributo para a melhoria e mudanças das políticas locais, envolver os habitantes e principais agentes locais no planeamento e implementação de políticas da circularidade, comunicação e alcance estratégicos, para reduzir a quantidade de biorresíduos produzidos no concelho e apostar na valorização de um produto com valor acrescentado, permitindo a transição para a Economia Circular, Gestão e Consumo Sustentável.

Numa perspetiva de mudança, a transição para a economia circular depende de uma alteração de atitudes, comportamentos e expectativas dos cidadãos e de todos os intervenientes na cadeia de valor, motivada pela aspiração ao bem-estar e desenvolvimento sustentável.

Existiu a necessidade de mobilizar a comunidade e as forças vivas do concelho, induzindo sinergias sociais e processos colaborativos, co-criativos e de base local, compreender as necessidades públicas e coordenar abordagens integradas que façam interagir diferentes setores e agentes económicos de diversas escalas.

Face ao exposto, foram contactadas diferentes entidades públicas e privadas, que teriam a nosso ver um papel fundamental, no desenvolvimento deste projeto, nomeadamente:

- Juntas de Freguesia (Poder Local) – devido à proximidade com a comunidade em geral e respetivos municípios;
- Escolas (Públicas e privadas) – sendo elas o alicerce da nossa sociedade e o seu futuro;
- Universidade – com todos os estudos realizados, conhecimentos científicos e parcerias com diferentes entidades a nível nacional e internacional;
- Entidade em alta – responsável pelo destino/tratamento final do resíduo; e
- Associações ambientais – carácter protetor do ambiente (apresentação de soluções amigas do ambiente e sensibilização).

Inicialmente, as reuniões com os membros parceiros de ação local, eram celebradas nas instalações do coordenador, do grupo, a Praia Ambiente, E.M. verificando-se alguma falta de comparência e de vontade em colaborar com o proposto.

O facto de se terem apercebido de que seria um projeto trabalhoso, honoroso e sem ganhos a seu favor, não facilitou a sua integração no grupo de parceiros. Para além disso ficou evidente que a mentalidade é sempre a mesma, em que a entidade gestora é a principal responsável pela implementação desse tipo de projetos.

O GPAL inicial era constituído por 14 entidades, tendo no topo da pirâmide a Câmara Municipal da Praia da Vitória, e como agente agregador e de apoio, a Praia Ambiente, E.M., passando atualmente a 9 entidades.

Apesar de terem saído algumas entidades, conseguimos trazer para o grupo o setor HORECA e IPSS's com valência Lar e Ação Social, da área alimentar, uma área quanto a nós muito importante no que diz respeito à produção de biorresíduos.

Houve uma manifesta necessidade de efetuar uma nova abordagem às reuniões realizadas com os membros do GPAL, e estas passaram a realizar-se em casa de cada um dos nossos parceiros locais, com o objetivo de conhecermos melhor as suas realidades, necessidades e que contributo cada um poderia dar ao projeto.

Atualmente, temos um grupo, mais dinâmico, participativo e ativo. Com o contributo de todos, esperamos conseguir um plano que constitua uma ferramenta de trabalho para o futuro.

Quadro II - Grupo GPAL

Instituições Públicas	Empresas	Ensino/Academia	Social
Câmara Municipal da Praia da Vitória: - Sector Ambiente e - Gabinete de Comunicação	Praia Ambiente, E.M.	Escola Básica Integrada da Praia da Vitória	Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória – Valência Educativa
Junta de Freguesia do Cabo da Praia	TERAMB, Eem - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira,	Escola Profissional da Praia da Vitória	Lar D. Pedro V – Valência Lar e Ação Social na área Alimentar.
	Restaurante “O Pescador”		

Metodologia de trabalho utilizada nas reuniões com o GPAL

As reuniões tiveram por base a atribuição de prioridades e decisão sobre quais os problemas a integrar no PLAI, nomeadamente:

- desenvolvimento da Árvore dos Problemas, em que foram descritas as causas, as consequências e o objetivo geral;
- desenvolvimento dos objetivos gerais, objetivos específicos e resultados;
- descrição dos eixos; e
- ações e atividades do plano.

Nestas reuniões foi adotado o método do DeepDive e World Café.

A nova abordagem passou pelas reuniões e visitas rotativas a serem efetuadas em cada um dos locais dos membros parceiros do grupo, o que veio a verificar-se ser uma boa estratégia de abordar o tema Biorresíduos de cada um deles. As reuniões passaram a ser marcadas com a temática adequada a cada membro, sendo marcada 2 reuniões do GPAL antes de cada reunião intermunicipal.

Como resultado destas reuniões e contributos dos parceiros, foram estabelecidos os seguintes objetivos gerais e específicos a cumprir, que se encontram descritos no quadro apresentado de seguida.

Quadro III – Descrição dos objetivos gerais, específicos e resultados.

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Resultados
• Cumprimento da legislação; • Transição do Município para Economia Circular; • Dotar o município com equipamento para assegurar a deposição, recolha e tratamento de biorresíduos; • Satisfazer as necessidades do GPAL; • Promover a Economia Circular no grupo municipal; • Consumo Sustentável; • Campanhas de Informação, Sensibilização e Educação Ambiental; • Consciencialização e Alteração de mentalidades e comportamentos; • Co-responsabilização de todos os intervenientes na cadeia de valor.	• Informação e sensibilização para a separação de biorresíduos; • Sensibilização para a valorização de um resíduo com valor acrescentado; • Sensibilização para a produção e consumo sustentável (boas práticas de gestão); • Informação de ferramentas existentes para combate ao desperdício alimentar; • Sensibilização para o desperdício alimentar; • Fomentar o uso de lancheiras de modo a contribuir para a dose certa e reduzir o desperdício alimentar; • Sensibilização na promoção de reutilização de utensílios não descartáveis; • Capacitação de todos os intervenientes; • Prevenção, redução, reutilização e reciclagem dos biorresíduos; • Separação e compostagem na origem; • Promoção da Economia Circular; • Projeção de Município Sustentável; • Motivação do Doméstico e Não Doméstico para a separação.	• Reduzir a quantidade de resíduos depositados na CVE; • Reduzir a produção de resíduos através da prevenção, reutilização e reciclagem; • A obtenção de um produto com alto valor acrescentado (composto, corretor orgânico); • envolvimento da comunidade (compostagem doméstica e comunitária); • Município Mais Sustentável

Criando uma estratégia articulada com o grupo de ação local, pretender-se-á disponibilizar o projeto dos biorresíduos aos mesmos, de forma a que sejam criados mecanismos de economia circular, sendo a Praia Ambiente, E.M. o parceiro e também responsável pela gestão da sua implementação. Com isso, deveremos partir para a exploração da implementação de compostores comunitários quer em organismos públicos como juntas de freguesia, quer como outros grupos interessados (escolas, colégios, entidades privadas).

Metodologia de trabalho utilizada nas Reuniões Intermunicipais

As reuniões intermunicipais, permitiu ao município o intercâmbio e aprendizagem interpares que sustentam as atividades de co-produção dos PLAI dos parceiros a nível local. Momentos de aprendizagem, partilha de conhecimentos e boas práticas, de troca de experiências e da capacitação.

Através do método do DeepDive, World Café e Peer Review foi possível constatar que em realidades territoriais diferentes existe um problema comum a todos, os Biorresíduos, e chegar a propostas de soluções diferentes, mas que também poderão ser comuns a todos.

A execução deste PLAI é um importante contributo para reduzir a quantidade de biorresíduos produzidos no concelho e apostar na valorização de um produto com valor acrescentado, permitindo a transição para a Economia Circular, Gestão e Consumo Sustentável.

VISÃO & FOCO

Visão

Com a implementação deste PLAI, pretende-se atingir os seguintes objetivos nos próximos 5 anos, dando cumprimento ao PEPGRA20+, ODS e demais legislação em vigor na matéria:

- O município transite para uma Economia Circular de resíduos;
- Implemente um sistema de recolha seletiva de biorresíduos gradual no concelho, encaminhamento para tratamento em alta, para a produção de um produto com valor acrescentado;
- Disponibilize um serviço de gestão de resíduos que seja eficiente, sustentável, e adaptado aos seus clientes Domésticos e Não domésticos;
- Garanta meios de deposição de proximidade, doméstica, comunitária ou porta a porta;
- Garanta a motivação e participação dos munícipes em larga escala;
- Alteração de padrões de consumo e diminuição de produção de resíduos;
- Alteração de mentalidades e consciencialização para a Economia Circular;
- Valorização de biorresíduos - Compostagem Doméstica e Comunitária;
- Gestão sustentável e combate ao desperdício alimentar; e
- Garanta que as pessoas tenham informação relevante, consciencialização e estilos de vida, em harmonia com o desenvolvimento sustentável.

Não será possível alcançar os ODS sem mudar o atual padrão de produção-consumo.

Áreas de Prioridade

Os eixos de atuação do presente plano, foram selecionados com o GPAL nas diversas reuniões realizadas, tendo em conta os seus setores de atividades e como tal, as suas necessidades, quanto a um resíduo comum a todos, os biorresíduos- alimentares e verdes.

- **Eixo 1 - Fluxo Biorresíduos**

Terá como principal foco a implementação de uma recolha seletiva de biorresíduos ao “Doméstico” e ao “Não Doméstico”, através da recolha porta a porta ou por valorização na origem.

- **Eixo 2 - Produção e Consumo Sustentável**
Principal foco é promover padrões de produção e consumo responsáveis, para atingir a redução da produção de resíduos.
- **Eixo 3 – Comunicação, Sensibilização e Educação Ambiental**
Terá como foco principal a disponibilização de informação, que leve a uma real mudança de comportamentos dos munícipes e da sociedade em geral.

Com vista a eliminação de um resíduo comum a todos, foram preconizadas as seguintes alternativas.

Quadro IV – Áreas de intervenção

Soluções de Recolha, Valorização e Comunicação	Fração abrangida	Tipo de produtor	Áreas Intervenção
Recolha Porta a Porta	Alimentares	Não Doméstico	Considera-se a criação de um circuito dedicado ao canal HORECA, produtores agro-alimentares, cantinas, escolas, IPSS's e mercado municipal.
Compostagem Doméstica	Alimentares e Verdes	Doméstico	Será implementada como solução de valorização na origem, freguesias rurais e nos alojamentos/moradias do centro urbano, que tenham condições para colocação de compostor doméstico.
Recolha solicitada	Verdes	Doméstico	Continuação deste serviço para garantir que estes sejam desviados do fluxo indiferenciado.
Compostagem Comunitária	Alimentares e verdes	Doméstico	Colocação de módulos compostores na via ou contentores para deposição dos alimentares e verdes.
Comunicação	Alimentares e verdes	Doméstico e Não Doméstico	Elaboração de campanhas de informação, educação e sensibilização Ambiental. Comunicação nos canais de divulgação do município.

2. Plano de Ação

PROPOSTA DE VALOR

A estratégia da implementação do plano de ação, irá contribuir para atingir as metas preconizadas nos instrumentos legais e do ODS12, assegurando uma gestão e transição sustentável do município.

Assim, definiram-se 3 eixos de atuação e respetivas ações:

- **Eixo 1 – Fluxo de Biorresíduos**

A1. Implementação da recolha seletiva de biorresíduos alimentares e verdes ao Doméstico

A2. Implementação da recolha seletiva de biorresíduos alimentares e verdes ao Não Doméstico

Com a implementação do sistema de recolha de biorresíduos no concelho da Praia da Vitória, os resultados esperados são os seguintes:

- a. Transição para a economia circular;
- b. Obtenção de um produto de valor acrescentado (composto);
- c. Redução da produção de resíduos;
- d. Redução de resíduos indiferenciados e consequente aumento da taxa de reciclagem;
- e. Maior qualidade e quantidade do material recolhido;
- f. Combate ao desperdício alimentar; e
- g. Envolvimento de todos os setores da sociedade e doméstico no processo.

- **Eixo 2 – Produção e Consumo Sustentável**

A3. Combate ao desperdício alimentar

Pretende-se a transição para um sistema alimentar mais equilibrado e ajustado, esperando-se os seguintes resultados:

- a. Redução do desperdício alimentar; e
- b. Redução da produção de resíduos, tanto alimentares como de embalagens descartáveis.

- **Eixo 3 – Comunicação, Sensibilização e Educação Ambiental**

A4. Campanhas de informação e capacitação

A5. Plano de comunicação dos resultados obtidos

Tem como principal objetivo:

- a. Promoção para a correta gestão e circularidade do resíduo;
- b. Sensibilização da comunidade e grupos setoriais diversos;
- c. Alteração de mentalidades e comportamentos; e
- d. Capacitação da população em geral para a circularidade dos resíduos.

Com a implementação deste plano de ação, pretende-se que as suas ações sejam inclusivas e transversais e que se verifique uma mudança de paradigma do município:

1. Cumprimento das metas impostas pela Diretiva Quadro de Resíduos, PEPGRA 20+ e ODS12;
2. Sustentabilidade técnica, económica e financeira da gestão de resíduos;
3. Transição do Município para a Economia circular;
4. Satisfazer as necessidades do GPAL e município;
5. Garantir uma transição efetiva para a recolha seletiva de biorresíduos e utilização da capacidade instalada em equipamentos de deposição de resíduos;
6. Promover a utilização do composto resultante da valorização dos biorresíduos;
7. Criação de campanhas de sensibilização, com vista à adoção de melhores práticas de separação de biorresíduos que potenciem as soluções a adotar.

PLANO DE AÇÃO

Eixo 1– Fluxo de Biorresíduos

Ação 1– Implementação da Recolha Seletiva de Biorresíduos ao “Doméstico”

Descrição da Ação:	Implementação da recolha seletiva de biorresíduos alimentares e verdes aos clientes doméstico, através da recolha porta a porta ou pela compostagem (doméstica ou comunitária).
Objetivos:	Cumprir as metas impostas pela Diretiva Quadro de Resíduos, PEPGRA 20+ e ODS12; Sensibilizar para a redução da produção de resíduos, aproveitamento na fonte dos biorresíduos produzidos, combate ao desperdício alimentar e valorização do biorresíduo como produto de valor acrescentado, o composto. Dotar o município de equipamento para assegurar a deposição, recolha e tratamento de biorresíduos, e permitir um serviço de proximidade e mais eficaz.
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade:	Política de Gestão de Resíduos do Município da Praia da Vitória; Metas europeias e regionais; ODS Projeto piloto
Entidade responsável pela coordenação da ação:	Praia Ambiente, E.M.,
Parceiros locais a envolver:	Teramb, Escolas e Setor Ambiente da CMPV
Tempo necessário para implementação:	Curto prazo
Investimento total:	437.550,00 €
Potenciais riscos à implementação:	Não adesão da população, falta de capacidade financeira e danos nos equipamentos cedidos.
Atividades	

Atividades:	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado	Indicadores (Metas)
Nome e descrição da atividade	Principal objetivo associado à atividade	Duração para implementação (em meses)	Que resultados são esperados – mensurar se possível	Indicadores de output e de outcome
A1.1 Compostagem Doméstica	1. Informação e sensibilização para a separação de biorresíduos; 2. Sensibilização para a valorização de um resíduo com valor acrescentado; 3. Sensibilização para a produção e consumo sustentável (boas práticas de gestão); 4. Divulgação de ferramentas existentes para o combate ao desperdício alimentar; 5. Sensibilização para a produção e consumo sustentável (boas práticas de gestão na sua cozinha).	12 meses	1. Diminuição do desperdício alimentar; 2. Diminuição da quantidade de resíduos produzidos; 3. Aumento da recolha seletiva; 4. Diminuição da entrega de resíduos na CVE.	1. N.º Famílias aderentes (20); 2. N.º sessões (5); 3. N.º equipamento entregues (30); 4. Aumento da taxa de reciclagem (10%).
A1.2 Compostagem Comunitária				
A1.3 Recolha PaP				
A1.4 Comunicação				
A1.5 Entrega de equipamento para a separação e deposição de biorresíduos (Contentores e Compostores Domésticos e Comunitários)				
A1.6 Aquisição de viatura para recolha dos biorresíduos				
A1.7 Aquisição de biotriturador para produção estilha com os verdes				

Ação 2 – Implementação da Recolha Seletiva de Biorresíduos ao Não Doméstico

Descrição da Ação:	Implementação da recolha seletiva de biorresíduos alimentares aos clientes não domésticos, como os Horecas, escolas, cantinas sociais, produtores agro-alimentares, IPSS's, mercado municipal, e verdes das juntas de freguesias de modo a fomentar a redução/ valorização na origem e em última instância a recolha PaP para a valorização em alta.
Objetivos:	Cumprir as metas impostas pela Diretiva Quadro de Resíduos, PEPGRA 20+ e ODS12; Satisfazer as necessidades do GPAL com formação, sensibilização, recolha e tratamento do biorresíduos; Dotar o município de equipamento para assegurar a deposição, recolha e tratamento de biorresíduos; Transitar o Município para a Economia circular sensibilizando para a redução da produção de resíduos, aproveitamento na fonte dos biorresíduos produzidos, combate ao desperdício alimentar e valorização do biorresíduo com produção de composto.
	Política de Gestão de Resíduos do município da Praia da Vitória;

Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade:	Metas europeias e regionais; ODS			
Entidade responsável pela coordenação da ação:	Praia Ambiente, E.M.			
Parceiros locais a envolver:	GPAL (IPSS´s, Escolas, Juntas de Freguesia e HORECA) Escolas, Cantinas sociais e mercado municipal Centros de dia Não Doméstico (Produtores agro-alimentar, HORECA, Prestadores de serviços de verdes) Teramb,Eem			
Tempo necessário para implementação:	Curto prazo			
Investimento total:	119.372,00 €			
Potenciais riscos à implementação:	Não adesão dos destinatários, falta de capacidade financeira e danos dos equipamentos cedidos.			
Atividades				
Atividades:	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado	Indicadores (Metas)
Nome e descrição da atividade	Principal objetivo associado à atividade	Duração para implementação (em meses)	Que resultados são esperados - mensurar se possível	Indicadores de output e de outcome
A2.1 Horeca - Recolha PaP ou Compostagem Comunitária	1. Informação e sensibilização para a separação de biorresíduos; 2. Sensibilização para o desperdicio alimentar (Dose Certa, Caldos, Fração Zero, Ementa com acompanhamentos em separado, Fruta-Feia, venda de produtos sobranes do dia a preços mais baixos!); 3. Sensibilização para a produção e consumo sustentável;	24 meses	1. Diminuição do desperdício alimentar; 2. Diminuição da quantidade de resíduos produzidos; 3. Aumento da recolha seletiva; 4. Diminuição da entrega de resíduos na CVE.	1. N.º Não Doméstico aderentes (20); 2. N.º sessões(5); 3. N.º alunos (1136), 4. N.º equipamento entregue (40); 5. Aumento da taxa d reciclagem (10%).
A2.2 Escolas, IPSS´s e Cantina Social- Recolha PaP ou Compostagem Doméstica				
A2.3 Produtores Agro-alimentar e Mercado Municipal- Recolha PaP				
A2.4 Juntas freguesia – Compostagem Doméstica, de verdes.				
A2.5 Comunicação				

A2.6 Entrega de equipamento para a separação e deposição de biorresíduos (Contentores e Compostores Domésticos e Comunitários)	4. Divulgação e Implementação de ferramentas para o combate ao desperdício alimentar.			
A2.7 Aquisição de viatura para recolha dos biorresíduos				
A2.8 Aquisição de biotriturador para produção estilha com os verdes				

Eixo 2 – Produção e Consumo Sustentável

Ação 3 – Combate ao Desperdício Alimentar

Descrição da Ação:	Promover a gestão e redução da produção de resíduos, utilizando utensílios reutilizáveis.
Objetivos:	Garantir a transição para a economia circular. Dotar os trabalhadores do grupo municipal com informação e meios para o consumo e gestão sustentável de resíduos, assegurando a reutilização de utensílios não descartáveis. Reduzir a produção de resíduos, através da Prevenção, reutilização e reciclagem. Combater o desperdício alimentar.
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade:	Cumprimento das metas impostas pela Diretiva Quadro de Resíduos, PEPGRA 20+ e ODS12. Boas práticas ambientais do município.
Entidade responsável pela coordenação da ação:	Praia Ambiente, E.M.
Parceiros locais a envolver:	Grupo Municipal, escolas e HORECA
Tempo necessário para implementação:	Médio Prazo
Investimento total:	7.490,00 €
Potenciais riscos à implementação:	Não haver capacidade financeira interna nem financiamento externo.
Atividades	

Atividades:	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado	Indicadores (Metas)
Nome e descrição da atividade	Principal objetivo associado à atividade	Duração para implementação (em meses)	Que resultados são esperados - mensurar se possível	Indicadores de output e de outcome
A3.1 Entrega de lancheiras aos colaboradores do grupo municipal	1. Informação e sensibilização sobre o desperdício alimentar (Dose Certa, Caldos, Fração Zero, Ementa com acompanhamentos em separado, Fruta-Feia, venda de produtos sobranes do dia a preços mais baixos!); 2. Fomentar o uso da lancheiras de modo a contribuir para a dose certa de alimentação e reduzir o desperdício alimentar; 3. Sensibilização na promoção de reutilização de utensílios não descartáveis, 4. Divulgação e implementação de ferramentas para o combate ao desperdício alimentar.	18 meses	1. Diminuição da entrega de resíduos na CVE; 2. Diminuição do desperdício alimentar.	1. N.º lancheiras entregues (400); 2. N.º sacos entregues (800); 3. N.º sessões (5).
A3.2 Entrega de sacos de fruta reutilizáveis aos colaboradores do grupo municipal				
A3.3 Entrega de sacos de fruta reutilizáveis nas escolas				
A3.4 Comunicação				

Eixo 3 – Comunicação, Sensibilização e Educação Ambiental

Ação 4 – Campanhas de Informação e Capacitação

Descrição da Ação: (curta explicação do racional da ação)	Implementação de campanhas de informação, sensibilização e educação ambiental sobre a recolha seletiva, redução e reutilização de biorresíduos, junto do Doméstico e Não Domésticos e outros grupos específicos considerados de grande revelância, contribuído para novas formas de tratar e valorizar os resíduos. ("Resíduo como um produto de valor acrescentado e não como lixo") e apelar ao consumo sustentável.			
Objetivos: (Detalhar por pontos os objetivos)	Capacitar uma equipa para a realização de campanhas de sensibilização e educação ambiental; Prevenir da produção de resíduos; Alterar mentalidades.			
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade:	Política de Gestão de Resíduos do município da Praia da Vitória; Comunicação e política do município			
Entidade responsável pela coordenação da ação:	Praia Ambiente, E.M.			
Parceiros locais a envolver:	Membros do GPAL, população aderente, grupos do não doméstico e comunidade escolar, Setor ambiente da CMPV e Gabinete de comunicação da CMPV			
Tempo necessário para implementação:	Processo de médio e longo prazo, que se tornará contínuo.			
Investimento total:	130.154,68 €			
Potenciais riscos à implementação:	Não haver capacidade financeira interna e externo, e recursos humanos internos.			
Atividades				
Atividades: Nome e descrição da atividade	Objetivo Principal objetivo associado à atividade	Duração Duração para implementação (em meses)	Principal Resultado Esperado Que resultados são esperados – mensurar se possível	Indicadores (Metas) Indicadores de output e de outcome
A4.1 Criação de Mascote	1. Capacitação de todos os intervenientes;		1. Diminuição do desperdício alimentar;	1. N.º famílias aderentes (20);
A4.2 Criação de um vídeo a transmitir na RTPAçores				
A4.3 Criação de um Outdoor: imagem, execução e aluguer espaço				

A4.4 Criação de jogo interativo sobre biorresíduos	2. Alteração de mentalidades e comportamentos;	60 meses	2. Valorização e produção de um produto com valor acrescentado;	2. Diminuição da deposição em CVE (pesagens) e caracterização anual física dos resíduos (10%);
A5.5 Elaboração do guia prático de compostagem	3. Reduzir o desperdício alimentar;	Contínuo		3. Aumento da taxa de reciclagem (10%);
A5.6 Formação especializada em “Mestres Composteiros” à equipa do projeto	4. Prevenção, redução, reutilização e reciclagem do biorresíduo;			4. N.º sessões realizadas (10);
A4.7 Formação sobre compostagem à população aderente e grupos não domésticos	5. Consumo sustentável;			5. N.º alunos (1136);
A4.8 Contratação de serviços de Sensibilização “BioConselheiras”	6. Separação e compostagem na origem.			6. Diminuição dos resíduos entregues na CVE relativamente ao ano transato (10%).
A4.9 Campanhas de sensibilização e comunicação aos grupos domésticos aderentes				
A4.10 Campanhas de sensibilização e comunicação aos grupos não domésticos				
A4.11 Campanha “Lancheira e Sacos para Todos”- Grupo Municipal				
4.12 Campanha “Inovar para Reaproveitar” - HORECA (“Dose certa”, “caldos”, “Fração Zero”)				
A4.13 Campanha “Alimentação Saudável” - Escolas				
A4.14 Campanha “Compostar a Brincar”- Escolas				
A4.15 Aquisição de material didático/brindes para desenvolvimento das campanhas de informação e sensibilização, Escolas e Horeca				
A4.16 Aquisição de viatura de 5 lugares (Acompanhamento da compostagem e sensibilização)				
A4.17 Aquisição de portátil para as campanhas de Educação Ambiental e acompanhamento do desenvolvimento do projeto				

Acção 5 – Plano de Comunicação dos resultados obtidos

Descrição da Ação: (curta explicação do racional da ação)	Implementar um meio de comunicação para divulgar as atividades e resultados obtidos. Alterar mentalidades e comportamentos.			
Objetivos: (Detalhar por pontos os objetivos)	Dotar o município de uma ferramenta de consulta e divulgação do resultados obtidos com a transição para a Economia Circular do Biorresíduo.			
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade:	Comunicação interna e externa do município			
Entidade responsável pela coordenação da ação:	Praia Ambiente, E.M.			
Parceiros locais a envolver:	Praia Ambiente,E.M. e Gabinete de comunicação da CMPV			
Tempo necessário para implementação:	Processo de médio e longo prazo, que se tornará contínuo.			
Investimento total:	2.595.00 €			
Potenciais riscos à implementação:	Não haver disponibilidade interna do município.			
Atividades				
Atividades: Nome e descrição da atividade	Objetivo Principal objetivo associado à atividade	Duração Duração para implementação (em meses)	Principal Resultado Esperado Que resultados são esperados – mensurar se possível	Indicadores (Metas) Indicadores de output e de outcome
A5.1 Criação de uma App digital de aplicativo móvel	1. Promoção da Economia Circular; 2. Projeção de Município Sustentável; 3.Motivação ao Doméstico e Não Doméstico para a separação; 4.Prevenção, redução, reutilização e reciclagem do biorresíduo.	60 meses	1. Participação de novos aderentes Domésticos e Não Domésticos 2. Diminuição de resíduos entregues em alta	1. N.º visitantes da App (100); 2. N.º de novos aderentes domésticos e não domésticos (20); 3. Composto produzido (200 Kg); 4. Diminuição de resíduos entregues na CVE relativamente ao ano transato (10%); 5. Publicações anuais (4)
A5.2 Publicação na página do município e da Praia Ambiente, E.M. de campanhas realizadas		Contínuo		
A5.3 Publicação na página do município e da Praia Ambiente, E.M., dos resultados obtidos				
A5.4 Elaboração de relatório anual das atividades e resultados obtidos				

ABORDAGEM INTEGRADA

A gestão do projeto será da Praia Ambiente, E.M que para além de dar cumprimento à legislação nacional e regional, em matéria de resíduos, o município pretende uma transição para a Economia Circular e Promover a Prevenção e Gestão Integrada e Sustentável dos Resíduos.

O objetivo será:

- Um município inclusivo, em que ninguém ficará de fora;
- Todos os atores com um papel ativo;
- Contemplando 5 áreas cruciais, os chamados “5P”;
- Indo de encontro ao ODS12;
- Privilegiando a Prevenção e Gestão dos sistemas de recolha de resíduos;
- Permitir ao produtor a separação na origem;
- Promover a valorização por fluxos e fileiras com custos economicamente sustentáveis.

Deverão ser tidas em atenção as seguintes prioridades, de modo a desenvolver sustentabilidade e consumo sustentável, de acordo com a hierarquia dos resíduos:

- a) Prevenção e redução;
- b) Preparação para reutilização;
- c) Reciclagem;
- d) Outros tipos de valorização (compostagem); e
- e) Eliminação.

O consumo precisa ser sustentável, ou responsável, em todos os sentidos, desde a compra, uso, deposição e eliminação, por isso, o lema deverá ser: “Ninguém pode ficar de fora!”, respeitando as 5 áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta: as Pessoas, o Planeta, a Prosperidade, a Paz e Parcerias, em que todos os atores têm um papel a desempenhar na definição e adoção de políticas e estratégias, que possam potenciar e promover práticas e princípios sustentáveis, ou seja, um papel ativo no desenvolvimento de parcerias a todos os níveis de governação, todas as partes interessadas e todas as pessoas num esforço inclusivo e coletivo, com responsabilidade partilhada.

Nesse sentido, a implementação de medidas destinadas a atingir os ODS constitui o caminho para alcançar um mundo melhor, onde as pessoas possam aumentar o seu nível de vida e bem-estar e viver em harmonia e respeito pelo planeta.



É com esta linha de orientação que se definiu a estratégia, identificou-se as medidas e ações a desenvolver com os nossos parceiros GPAL, ficando-se com um maior conhecimento e posicionamento sobre a temática, relativo a cada parceiro.

A transição de uma economia linear para uma circular exige um esforço conjunto dos parceiros dos diferentes setores, tendo como preocupação não o fim de vida do resíduo, mas a sua valorização, assim como a persecução do ODS12, implicando que estes se sintam como parte do problema, como produtores de biorresíduos, e como parte da solução com a prevenção da produção de resíduos, desenvolvendo competências e incluir no seu dia-a-dia ações que promovam os ODS, atuando localmente, para espelhar e contribuir para uma mudança global.

A economia circular é um sistema regenerativo de produção e consumo que visa manter as taxas de extração de recursos, de geração de resíduos e de emissões em valores adequados aos limites do planeta, através da circularidade do sistema, redução do seu tamanho e manutenção do valor dos recursos e maior tempo possível dentro do sistema, apoiando-se principalmente no design e educação, e com capacidade de implementação em qualquer escala. Implica a integração de todas as atividades que visem a redução, reutilização, e reciclagem em toda a cadeia de valor, desde a extração, produção, distribuição e consumo.



A convergência estratégica do concelho está alinhada com a gestão estratégica da região autónoma nos mais diversos setores. Esta dinâmica estratégica manifesta-se como a oportunidade potencializadora para o contributo específico para cada exercício temático de planeamento e do seu respetivo instrumento orientador.

Devido ao caráter multidisciplinar do projeto, torna-se necessário estabelecer uma ligação com os diferentes intervenientes e respetivas políticas municipais, através do vereador de ambiente e com a administração da empresa. Assim, a Empresa Praia Ambiente, como empresa municipal segue as políticas regionais e as do município.

No seguinte quadro, estão apresentadas as principais políticas aplicadas no município, no que diz respeito à sustentabilidade e boas práticas ambientais.

Quadro V– Políticas Estratégicas

Estratégia Europeia e Nacional	Contributo
Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas	• “Transformar o Mundo em nome dos Povos e do Planeta”; • Metas, melhorar a eficiência da utilização dos recursos e gestão sustentável das matérias; • Transição da economia linear para a circular.
Diretiva n.º 2018/851, 30 maio- Medidas de Proteção do Meio Ambiente e da Saúde Humana (transição economia circular)	
Decreto-Lei n.º 102-D/2020, 10 dez- Regime Geral de Gestão de Resíduos	
Plano de Ação para Economia Circular (PAEC)	

Estratégia Regional	Contributo
Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA20+)	• Visão, objetivos, áreas e metas regionais específicas; • Medidas a implementar e estratégia de execução na área de resíduos; • Práticas de economia circular em eventos; • Promoção de um desenvolvimento sustentável nos Açores.
Decreto Legislativo Regional n.º19/2016/A, 6 out – Regime Geral de prevenção e Gestão de Resíduos	
Entidade Reguladora de Serviços e Água e Resíduos dos Açores (ERSARA)	
Sistema Regional de Informação de Resíduos (SRIR)	
Cartilha de Sustentabilidade dos Açores-ODS	
Green Team Açores - Sustentabilidade do Destino Turístico Açores	
Guia de Boas Práticas para a Organização de Eventos Circulares- Agenda para a EC da RAA (PAECr)	

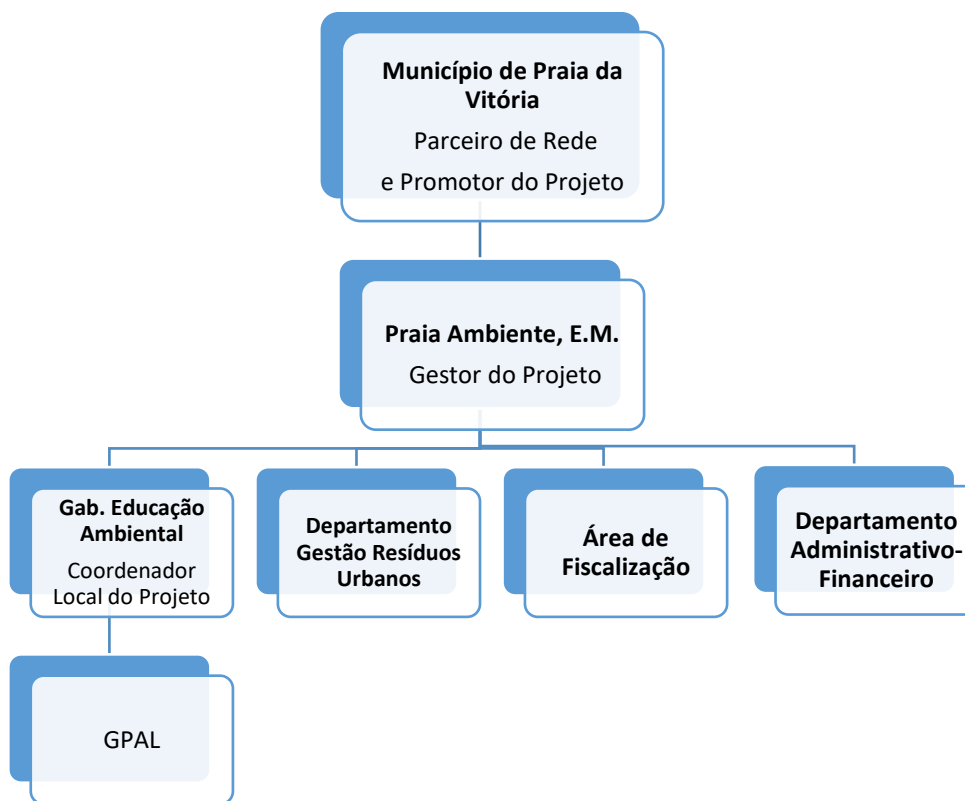
Estratégia Municipal	Contributo
Regulamento n.º 222/2011, 4 abril- Resíduos do Município da Praia da Vitória	• Áreas estratégicas, objetivos e metas a alcançar; • Aumento da recolha seletiva, de qualidade de todas as fileiras; • Redução de consumo e desperdício alimentar; • Redução de entrega de resíduos na CVE; • Produção de composto; • Eliminação de resíduos na origem (compostagem doméstica e comunitária); • Promoção de boas práticas ambientais; • Consciencialização das soluções existentes e alteração de mentalidades.
Entidade Reguladora de Serviços e Água e Resíduos dos Açores (ERSARA)	
Sistema Regional de Informação de Resíduos (SRIR)	
Plano Anual de Atividade de Educação Ambiental da PA	
Manual de Boas Práticas Ambientais da PA	
Cartilha de Sustentabilidade do Município da Praia da Vitória (ODS)	
Parceiro na Green Team Açores - Sustentabilidade do Destino Turístico Açores	
Plano de atividades de sensibilização ambiental desenvolvido pelo Setor de Ambiente e Zonas Húmidas	
Município da Praia da Vitória parceiro do Programa Eco Escolas	
Município da Praia da Vitória parceiro do Programa Escola Azul	
Projeto LIFE CWR (Coastal Wetland restoration), Setor de Ambiente e Zonas Húmidas	
Candidatura das Zonas Balneares do concelho ao Galardão Bandeira Azul (Setor de Ambiente e Zonas Húmidas)	
Candidatura das Zonas Balneares do concelho ao Galardão Praia Acessível (Setor de Ambiente e Zonas Húmidas)	

MODELO DE GOVERNANÇA

A gestão do projeto será da Praia Ambiente, E.M. a qual tem a responsabilidade na gestão de resíduos do concelho, competência esta delegada pela Câmara Municipal da Praia da Vitória, em conformidade com o disposto nos Estatutos da Empresa.

Assim, através da estrutura política e técnica, procurar-se-á implementar as ações aqui previstas e articular com a Praia Ambiente, E.M. a valorização dos orgânicos em baixa e com a Teramb, Eem a valorização dos mesmos em alta, contando ainda com a colaboração do nosso GPAL para a realização de atividades bem como a sua permanência e possível alargamento do grupo.

Diagrama I– Modelo de Governança



Sendo que, no quadro abaixo estão descritas as diferentes entidades envolvidas e o seu papel na implementação de ações e responsabilidades de cada um.

Para que se atinjam os objetivos pretendidos, a tomada de decisão passará pelo envolvimento participativo/colaborativo de todos e que estes assumam os valores baseados numa visão global da

sua entidade ou atividade bem como do grupo de trabalho, relacionados com o momento do objetivo a alcançar, para assim tomar uma decisão final, consensual, justa e coerente.

Sempre que não haja acordo sobre a tomada de decisão das responsabilidades de cada entidade, cabe ao município uma tomada de decisão final, através do voto de qualidade.

A gestão do não acordo entre todos passa pelo processo de:

1. Diálogo;
2. Identificação da causa do problema;
3. Percepção da co-responsabilidade;
4. Imparcialidade e foco nos interesses a desenvolver e não em interesses pessoais ou profissionais;
5. Acompanhamento de todas as ações/atividades por parte da entidade responsável pela gestão do projeto.

Quadro VI– Responsabilidade por entidade

Entidade	Responsabilidade/Envolvimento
Município da Praia da Vitória ✓ Setor Ambiente- GPAL ✓ Setor Financeiro ✓ Gabinete de Comunicação	- Desenvolver ações de sensibilização através do Setor de Ambiente do município ao meio escolar; - Informação/Divulgação assegurada pelo Gabinete de Comunicação do município; e - Setor Financeiro com a gestão económica do projeto.
Praia Ambiente, E.M. ✓ Gabinete de Educação Ambiental ✓ Departamento de Gestão de Resíduos ✓ Área de fiscalização ✓ Departamento Administrativo-Financeiro ✓ Administração	- Entidade responsável pela gestão e acompanhamento do projeto; - Assegurar a implementação da solução proposta; - Assegurar todos os recursos necessários para implementação e realização de recolha seletiva dos biorresíduos urbanos produzidos, tendo em conta o princípio da sustentabilidade ambiental, técnica e financeira; - Entregar os biorresíduos recolhidos seletivamente para valorização na unidade de tratamento Teramb,Eem; - Gestão de contentores e compostores; - Um técnico dedicado a tempo inteiro à gestão da compostagem doméstica e comunitária, manutenção de equipamento e do processo em si; - Desenvolver ações de Sensibilização Ambiental; - Controlo tarifário.
Teramb,Eem ✓ Operador em alta ✓ GPAL	- Assegurar as condições necessárias para a receção, processamento e valorização dos biorresíduos entregues pela Praia Ambiente, E.M.; - Participação nas ações de sensibilização sobre compostagem; - Envio dos dados de resíduos entregues.
Escola Profissional da Praia da Vitória ✓ GPAL	- Formação na área desperdício alimentar; e - Formação em compostagem.
Escola Básica Integrada da Praia da Vitória ✓ GPAL	Campanhas de sensibilização nas escolas (nos projetos das Eco-escolas).
Comunidade local	- Interesse em participar na solução bem como na apresentação de sugestões de melhoria ou na criação de novas soluções; - Participação ativa e alteração de mentalidades e comportamentos.

3. Alinhamento com Financiamentos

INVESTIMENTO PREVISTO

Dada a conjuntura económica atual a nível mundial, de guerras e pandemias, que levam ao aumento dos custos com aquisição de bens e serviços, e consequente aumento da inflação, os valores apresentados nas tabelas seguintes, são meramente indicativos.

A falta de financiamento poderá levar à necessidade de ajustes ao projeto proposto.

Eixo 1 - Fluxo de Biorresíduos		
Ação 1 - Implementação da recolha seletiva de biorresíduos ao "doméstico"	Quantidade	Estimativa (€)
· Compostagem doméstica (compostores domésticos até 900L)	1000	220 000,00 €
· Recolha porta a porta (PaP) (contentores 30L)	3000	60 000,00 €
· Compostagem comunitária (11 compostores, 1 por freguesia)	11	52 800,00 €
· Comunicação	-	- €
		332 800,00 €
Ação 2 - Implementação da recolha seletiva de biorresíduos ao "não doméstico"		
· HORECA - recolha PaP ou compostagem comunitária (contentores 30L para recolha P	50	1 000,00 €
· Escolas, IPP's e Cantina Social (recolha PaP ou compostagem doméstica - 16	16	3 520,00 €
compostores domésticos + 16 contentores de 360L)	16	1 432,00 €
· Produtores agro-alimentares e mercado municipal - recolha PaP (contentores de 800L)	25	6 250,00 €
· Juntas de freguesia - compostagem doméstica - compostores domésticos até 900L	11	2 420,00 €
· Comunicação	-	- €
		14 622,00 €
Atividades comuns às duas ações:		
· Aquisição de viatura para recolha de biorresíduos (7 a 9m ³)	1	180 000,00 €
· Aquisição de biotriturador para produção de estilha com os verdes	1	29 500,00 €
		209 500,00 €
		556 922,00 €

Eixo 2 - Produção e Consumo Sustentável		
	Quantidade	Estimativa (€)
Ação 3 - Combate ao desperdício alimentar		
· Entrega de lancheiras e sacos de fruta reutilizáveis aos colaboradores do grupo municipal	500	4 830,00 €
· Entrega de sacos de fruta reutilizáveis nas escolas	2000	2 660,00 €
· Comunicação	-	-
		7 490,00 €

Eixo 3 - Comunicação, Sensibilização e Educação Ambiental		
Ação 4 - Campanhas de informação e capacitação	Quantidade	Estimativa (€) s/iva
• Criação de uma mascote	1	1 500,00 €
• Criação de um vídeo a transmitir na RTPAçores (em horário nobre)	1	15 000,00 €
• Criação de um outdoor: Biorresíduos "Com Valor"	3	3 240,00 €
• Criação de um jogo sobre biorresíduos para os alunos do 1º ciclo	1	1 500,00 €
• Elaboração do guia prático de compostagem	10000	8 000,00 €
• Formação especializada em "Mestres Composteiros" à equipa do projeto	4	4 000,00 €
• Formação sobre compostagem à população aderente e grupos não domésticos	-	-
• Contratação de serviços de sensibilização - "Bio-conselheiras"	2	24 000,00 €
• Campanhas de sensibilização e comunicação aos grupos domésticos aderentes	-	-
• Campanhas de sensibilização e comunicação aos grupos não domésticos	-	-
• Campanha "Lancheira e Sacos para Todos" - Grupo Municipal	-	-
• Campanha "Inovar e Reaproveitar" - HORECA (Dose certa, caldos e fração zero)	-	-
• Campanha "Alimentação Saudável" - Escolas	-	-
• Campanha "Compostar a Brincar" - Escolas	-	-
• Aquisição de material didático/brindes para desenvolvimento das campanhas de informação e sensibilização (Escolas e HORECA's)	1497	30 000,00 €
• Aquisição de viatura de 5 lugares, para campanhas de Educação Ambiental	1	40 000,00 €
• Aquisição de portátil, para as campanhas de Educação Ambiental e acompanhamento em loco do desenvolvimento do projeto	2	2 914,68 €
		130 154,68 €
Ação 5 - Plano de comunicação dos resultados obtidos		
• Criação de uma app digital de aplicativo móvel (website)	1	2 595,00 €
• Publicação na página do município e da Praia Ambiente, E.M. das campanhas realizadas	-	-
• Publicação na página do município e da Praia Ambiente, E.M. dos resultados obtidos	-	-
• Elaboração de um relatório anual das atividades realizadas e resultados obtidos	-	-
		2 595,00 €
		132 749,68 €

FONTES DE FINANCIAMENTO

Entidades	Comparticipação
Praia Ambiente, E.M.	Próprio
POA2030	Em conformidade com o programa
Fundo Ambiental	Em conformidade com o programa

O programa regional na Região Autónoma dos Açores, para o período de programação 2021 -2027, Programa Açores 2030 (POA2030), integra o Portugal 2030, aprovado pela Comissão Europeia a 14 de dezembro de 2022, financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e pelo Fundo Social Europeu Mais (FSE+), materializa as principais opções estratégicas em matéria de política regional de desenvolvimento, alinhadas com as orientações da União Europeia, com a Estratégia Portugal 2030, com o Acordo de Parceria Portugal 2030 e com os documentos setoriais de orientação estratégica regional. O POA2030 contempla diversas vertentes das políticas públicas orientadas para o crescimento económico e inteligente, do fomento do emprego qualificado, da coesão social, da mobilidade enquanto pilar da coesão económica e social, da **sustentabilidade ambiental e resiliência às alterações climáticas**, da digitalização e proximidade da administração.

A economia circular como motor de desenvolvimento

Enquadrada na necessidade de promover comportamentos sustentáveis nos ecossistemas públicos e privados, os Açores têm olhado para a economia circular como um eixo de futuro. O desafio que se avizinha será o de fomentar e educar a sociedade açoriana para a economia circular e sensibilizá-la quanto às suas vantagens, bem como promover, junto do ecossistema empreendedor, a integração da economia circular nas suas cadeias de valor e nos processos empresariais. A estratégia de apoio à economia circular vai de encontro ao Pacto Ecológico Europeu e aos planos estratégicos de combate às alterações climáticas definidos pelo RAA, bem como ao objetivo para a promoção da transição para uma economia circular e para uma eficiente utilização dos recursos.

A ESTRATÉGIA AÇORES 2021 - 2027

O Governo Regional dos Açores definiu 5 princípios relativos à orientação estratégica regional para o período de programação 2021-2027 de fundos comunitários, que podem ser resumidos da seguinte forma:

- a. Promover o desenvolvimento económico, a competitividade, a atração de investimento externo, a criação de emprego qualificado e a fixação de populações no território do arquipélago dos Açores, através da especialização inteligente, da investigação e da inovação;
- b. Desenvolver estratégias para a coesão social, com as pessoas em primeiro lugar, aumentando os níveis de escolaridade e formação profissional, diminuindo os níveis de abandono escolar, o acesso universal e generalizado a cuidados de saúde, à proteção social e o acesso à cultura;
- c. Desenvolver a mobilidade, enquanto pilar fulcral da competitividade e coesão económica e social de todo o território dos Açores contribuindo para a integração nas redes internacionais e para projeção dos Açores no mundo;
- d. **Promover a sustentabilidade ambiental, a resiliência às alterações climáticas, a prevenção de riscos, a produção energética a partir de fontes endógenas e sustentáveis e a proteção dos ecossistemas regionais, em articulação com o desenvolvimento da economia do setor primário;**
- e. Promover a digitalização e a proximidade da administração pública nas suas interações com os cidadãos e com as empresas, através da desmaterialização e da desburocratização.

No âmbito do PLAI, a fonte de financiamento integra-se no **OE 2.6 Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos Recursos.**

Os recursos materiais deverão ser utilizados de forma mais eficiente para produzir riqueza e aumentar a sua produtividade.

A transição para uma economia mais circular é fulcral para o combate e minoração dos riscos inerentes às alterações climáticas (o alargamento da economia circular aos agentes económicos contribuirá de forma decisiva para que se alcance a neutralidade climática até 2050 e para dissociar o crescimento económico da utilização dos recursos, mantendo a competitividade).

Em paralelo, a gestão eficiente da utilização de recursos assume-se como um fator crítico para a sustentabilidade e competitividade das empresas regionais, em particular em setores de atividade de especialização regional.

A transição para a economia circular, assente em práticas, ações e comportamentos sustentáveis deve contribuir para aumentar a eficiência dos recursos, nomeadamente nas PME em setores como o agrorural e agroalimentar.

Tipologias de Ação do POA2030:

- a. Recolha de resíduos (primordialmente em sistemas em baixa);
- b. Tratamento de resíduos (primordialmente em sistemas em alta);
- c. Investimentos em equipamentos de recolha de RSU e melhoria e reforço da rede de ecopontos;
- d. Investimentos na melhoria das estruturas e redes existentes destinadas à recolha, triagem, tratamento e valorização de resíduos;
- e. Ações de capacitação e de conhecimento dos comportamentos (desperdício alimentar, segregação na origem, recolha seletiva de biorresíduos);
- f. Ações de sensibilização para a promoção de práticas de consumo e comportamentos sustentáveis para a população e empresas;
- g. Investimento em soluções para o reforço da circularidade no setor da construção civil e obras públicas;
- h. Investimento em medidas de dinamização da economia circular.

Quadro VII– Fontes Financiamento

Ação	Investimento total €	Fonte de financiamento 1 (POA2030)	Fonte de financiamento 2 (Fundo Ambiental)	Fonte de financiamento 3 (outro)	Investimento Total por Ação
Ação 1	437.550,00€	-	-	-	-
Ação 2	119.372,00€	-	-	-	-
Ação 3	7.490,00€	-	-	-	-
Ação 4	130.154,68€	-	-	-	-
Ação 5	2.595,00€	-	-	-	-
Investimento Total	697.161,68€	-	-	-	-

4. Monitorização & Avaliação

O sistema de monitorização consiste no conjunto de indicadores que permitem verificar e analisar o grau de implementação, bem como os seus efeitos. Os indicadores são ferramentas de apoio à decisão, sob forma de unidades facilmente interpretáveis e comparáveis, permitindo avaliar o progresso em termos de cumprimento das metas previamente estabelecidas.

Para que o plano seja efetivamente uma ferramenta útil, deve ser periodicamente monitorizado e os seus resultados devem ser avaliados, de forma quantitativa e qualitativa (indicadores de Output e Outcome). Para tal, devem seguir-se os seguintes passos:

- Revisão dos indicadores de avaliação (eficazes ou não) e caso haja necessidade uma nova definição;
- Análise dos resultados obtidos;
- Relatório de avaliação do plano;
- Implementação de melhorias;
- Revisão do plano.

O sistema de indicadores servirá de base à elaboração dos relatórios de monitorização e de avaliação regular, executada pela Praia Ambiente em 3 momentos:

- Avaliação intercalar no decorrer: com a avaliação da implementação das atividades propostas no decorrer da implementação das intervenções;
- Avaliação intercalar no final: com a avaliação da implementação das atividades propostas no final de toda a implementação das intervenções.

A avaliação intercalar, tem como objetivo produzir feedback direto do plano e permitir conhecer o grau de execução e permitir efetuar alguns ajustes que venham a ser necessários.

- Avaliação pós implementação, após a sua vigência: com a avaliação específica da implementação das atividades estratégicas e com a avaliação global de implementação do plano.

Incidirá na avaliação da eficácia das atividades, na obtenção de resultados esperados, impactes e evidências.

O relatório da avaliação será efetuado pela Praia Ambiente e divulgado pelo Gabinete de comunicação do Município, onde se avalia o ponto de situação de cumprimento dos objetivos.

A Definição de 3 momentos de avaliação não substitui a monitorização continua, necessária e fundamental, nomeadamente a verificação anual do ponto de situação.

Os responsáveis por cada atividade realizada, devem submeter os respetivos relatórios à Praia Ambiente, entidade responsável pelo plano de ação.

Abordagem metodológica:

1. Procedimento de Acompanhamento da execução do plano implica:

- a. Os parceiros com competência para a implementação das atividades, devem reunir a informação necessária à avaliação da execução das atividades e submeter a informação à Praia Ambiente, entidade responsável pela coordenação da ação;

Essa avaliação passa pela:

- Verificação dos indicadores de outputs e de outcomes;
 - Mensurar os indicadores;
 - Visitas *in loco*;
 - Promover inquéritos, reuniões, diálogos e debates.
- b. Em caso de incumprimento ou cumprimento insuficiente e/ou incorreto da execução de uma ou mais atividades, a entidade responsável pela coordenação da ação, deve intervir no sentido de proceder à conformidade da atividade.

Será realizada uma análise crítica sobre a implementação das atividades das ações, nomeadamente na sua tendência de evolução crescente (executada, em execução, não executada).

2. Procedimento de Avaliação Intercalar compreende a seguinte fase:

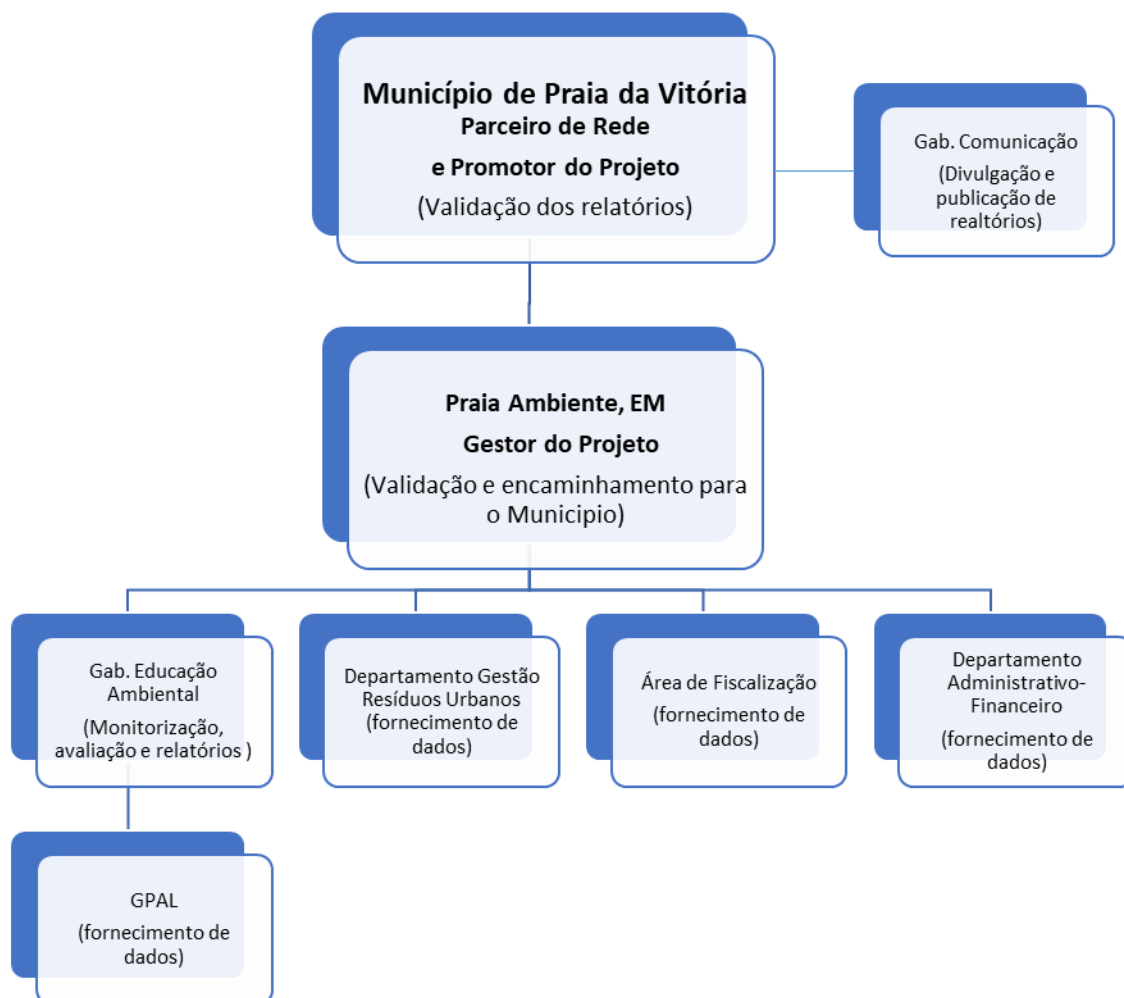
- d. A Praia Ambiente, entidade responsável pela coordenação da ação, analisa a informação das atividades executadas até à data, elabora uma proposta de relatório de avaliação intercalar onde deve conter uma análise crítica e pode propor medidas que se considere relevantes e sustentáveis com vista a incrementar a prevenção e gestão de resíduos e proceder à sua divulgação.

3. Procedimento de Avaliação Final compreende a seguinte fase:

- e. Elaboração do relatório final e sua divulgação.

Com vista à divulgação dos resultados da monitorização e divulgação das atividades do plano de ação, o município publica os relatórios finais efetuados pela Praia Ambiente, das diferentes fases, no seu sítio da internet e na app.

Diagrama II– Intervenientes na Monitorização & Avaliação



Quadro VIII– Indicadores por Eixo e Ação

Eixo	Ação	Indicadores de Monitorização (Output e Outcome)	Medida
E1	A1. Implementação da recolha seletiva de biorresíduos alimentares e verdes ao Doméstico	Diminuição da quantidade de resíduos produzidos (10%)	Promover a otimização da recolha seletiva de biorresíduos; Promover a compostagem doméstica e comunitária.
		Aumento da recolha seletiva (10%)	Potenciar a separação através da implementação de redes de recolha.
		Famílias aderentes (20)	Entrega de compostores domésticos.
		Sessões realizadas (5)	Promover o reforço da sensibilização.
		Equipamentos entregues (20)	Implementar e garantir um ponto de recolha por Freguesia.
	A2. Implementação da recolha seletiva de biorresíduos alimentares e verdes ao Não Doméstico	Diminuição da quantidade de resíduos produzidos (10%)	Promover e otimizar a segregação e recolha seletiva de biorresíduos; Promover ações de informação e sensibilização para a correta gestão de resíduos urbanos.
		Aumento da recolha seletiva (10%)	Definir e implementar uma estratégia municipal para a recolha seletiva de biorresíduos.
		Não Domésticos aderentes (20)	Incentivar a separação e redução de resíduos.
		Sessões realizadas (5)	Promover o reforço da sensibilização.
		Equipamentos entregues (40)	Potenciar a separação e promover as condições de acessibilidade e funcionalidade.

Eixo	Ação	Indicadores de Monitorização (Output e Outcome)	Medida
		Diminuição de resíduos em operador (10%)	Promover a sensibilização para uma segunda vida dos resíduos alimentares.
		Lancheiras entregues (400)	Promover a implementação do menu “Dose Certa”.

E2	A3. Combate ao Desperdício Alimentar	Sacos entregues (800)	Promover a sensibilização e informação sobre a utilização de produtos reutilizáveis, em detrimento dos produtos de utilização única e redução do consumo.
		Sessões realizadas (5)	Promover ações de sensibilização para a Prevenção da Produção de Resíduos.
		Participantes (800)	Promover a sensibilização e informação sobre a utilização de produtos reutilizáveis, em detrimento dos produtos de utilização única e redução do consumo.

Eixo	Ação	Indicadores de Monitorização (Output e Outcome)	Medida
E3	A4. Campanhas de Informação e Capacitação	Famílias aderentes (20)	Promover ações de informação e sensibilização para a correta separação.
		Diminuição de resíduos em operador (10%)	Promover a correta separação.
		Aumento da recolha seletiva de embalagens (5%)	Promover e otimizar a separação e correto encaminhamento de resíduos.
		Aumento da recolha seletiva de biorresíduos (10%)	
		Sessões realizadas (13)	Promover ações de informação, capacitação e sensibilização para a correta gestão de biorresíduos.
		Alunos (1136)	
		Composto produzido (200kg)	Promover a compostagem doméstica e comunitária.
	A5. Plano de Comunicação de Resultados	Visitantes da App (100)	Promover e incentivar a sensibilização e informação da população para a correta separação, boas práticas e encaminhamento correto dos biorresíduos.
		Novos aderentes (20)	
		Composto produzido (200kg)	
		Diminuição de resíduos entregues na CVE (10%)	
		Publicações (4)	Promover a divulgação de dados associados à produção, gestão e tratamento de biorresíduos e dos relatórios produzidos.

Quadro IX –Análise de Risco por Ação

Eixo 1-Fluxo Biorresíduos					
Ação	Tipo de Risco	Probabilidade	Intensidade	Risco	Mitigação
A1. Implementação da recolha seletiva de biorresíduos alimentares e verdes ao Doméstico	Prazo de implementação (Político)	Alto	Alto	A obrigatoriedade de implementação da recolha seletiva para este tipo de resíduos ser efetiva até o prazo máximo do final do ano de 2023, conforme estabelecido na diretiva europeia, é uma tarefa de difícil cumprimento devendo ser prorrogado o seu prazo, uma vez que, os custos e tempo necessários à sua concretização são elevados.	Prorrogação do prazo por mais 1 ano. Em não prorrogação, implementar a recolha seletiva numa pequena parte do concelho e junto o mais próximo possível das instalações da Praia Ambiente, para deste modo facilitar a recolha, devido à inexistência de meios humanos e operacionais.
	Encargos Financeiros (Financeiro)	Alto	Alto	O fato de serem apenas os municípios/operadores a suportarem todos os custos inerentes a esta recolha adicional, que implica a aquisição de equipamentos, viaturas, recursos humanos, e formações; sabendo-se que o sistema de recolha de resíduos, já é por si só deficitário, agravará ainda mais a situação. Há que contar com o fator insularidade, que acarreta custos elevados e prazos de entrega elevados, bem como o fator inflação, guerra e pandemias	Abertura de fundos de financiamento específicos para esta temática.
A2. Implementação da recolha seletiva de biorresíduos alimentares e verdes ao Não Doméstico	Demografia dispersa (Financeiro)	Alto	Alto	Aumenta os custos com a recolha de biorresíduos, nomeadamente, uma nova rota, percursos maiores/mais tempo, equipamentos e danos/roubos do equipamento de deposição.	Implementação de pontos de recolha de proximidade e de eliminação na origem.
	Articulação com todos os envolvidos (Comportamental)	Médio	Alto	A articulação entre as entidades em baixa e em alta, de forma a não penalizar quem efetua a recolha, o transporte e tratamento, sem penalizar os municípios nas suas respetivas tarifas é deveras difícil.	Negociar o valor de deposição no operador em alta, uma vez que este irá obter um produto com valor acrescentado e um ganho com a venda deste.
	Tarifário (Financeiro)	Baixo	Alto	Considerando o aumento de custos de operação, e no âmbito da cobertura de gastos, torna-se difícil politicamente justificar junto dos clientes/municípios o surgimento de uma nova tarifa, ou aumento da tarifa atual, para cobrir estes encargos adicionais.	Reduzir o impacto no tarifário com financiamento externo. Quanto menor for os custos de investimento, menor a probabilidade de aumento do tarifário.
	Operador em alta (Teramb, Eem) (Financeiro e Político)	Baixo	Médio	Deslocação para o concelho vizinho; e Custos elevados de deposição na CVE.	Negociar os custos de deposição.
	Fiscalização (Humano e Financeiro)	Médio	Médio	Falta de cooperação e comprometimento entre entidades com competência na matéria e falta de financiamento para a contratação de fiscais.	Boa vontade para a cooperação e comprometimento entre as entidades e gestão de recursos humanos existentes.
	Equipa Recolha (Humano e financeiro)	Alto	Alto	Falta de recursos humanos e financeiros para a implementação de uma nova rota	Estimular a eliminação de resíduos na fonte e a colocação de pontos de

				com a contratação de colaboradores e aquisição de equipamento.	recolha de proximidade. Adaptação do sistema atual a uma nova rota em detrimento de outra.
--	--	--	--	--	--

Eixo 2- Produção e Consumo Sustentável					
Ação	Tipo de Risco	Probabilidade	Intensidade	Risco	Mitigação
A3. Combate ao Desperdício Alimentar	Adesão à Sensibilização (Comportamental)	Médio	Alto	Falta de adesão, participação e de consciencialização.	Insistir na sensibilização, informação e acompanhamento dos destinatários.
	Encargos financeiros (Financeiro)	Alto	Médio	Falta de financiamento.	Sensibilização sem entrega de brindes.

Eixo 3 – Comunicação, Sensibilização e Educação Ambiental					
Ação	Tipo de Risco	Probabilidade	Intensidade	Risco	Mitigação
A4. Campanhas de Informação e Capacitação	Sensibilização da comunidade (Comportamental)	Médio	Alto	A população em geral apresenta resistência a qualquer tipo de mudança, adicionar mais recolhas seletivas sem que a comunidade veja uma premiação positiva por tais comportamentos, torna-se deveras difícil a alteração de hábitos e comportamentos.	Insistir na sensibilização, informação e acompanhamento de proximidade (porta a porta) e escolas.
	Carência na capacitação técnica (Financeiro e Humano)	Alto	Alto	Tendo em conta que o tema é relativamente recente, não existe ainda a formação adequada sobre o mesmo, o que exigirá tempo.	O governo regional e a entidade reguladora deverão capacitar todas as suas entidades e parceiros.
	GPAL (Comportamental)	Alto	Alto	Falta de interesse e participação do GPAL em continuar no projeto.	Manter ou aumentar o grupo.
	Encargos financeiros (Financeiro)	Alto	Médio	Falta de financiamento.	Sensibilização sem entrega de brindes. Fontes de financiamento alternativo.
A5. Plano de Comunicação de Resultados	Articulação com todos os envolvidos (Financeiro)	Médio	Médio	Falta de comunicação entre o setor de gestão do projeto da PA e o de comunicação do município.	Motivação das partes envolvidas e vontade política.
		Médio	Médio	Falta de disponibilidade por parte do gabinete de comunicação do município em manter a informação atualizada.	Gestão de tempo.
	Comprometimento Político (Político)	Baixo	Baixo	Falta de comprometimento político na apresentação do ponto de situação do projeto e apresentação de resultados à comunidade em geral.	Manter os representantes políticos informados regularmente.

5. Comunicação & Consulta Pública

A comunicação é um fator estratégico de melhoria contínua das atividades desenvolvidas. É com o estímulo ao diálogo, troca de informações e desenvolvimento do conhecimento funcional que se possibilita um maior engajamento no alcance de metas e objetivos.

A comunicação não deve ser entendida como a transmissão de informações, mas como um conjunto de ações, estratégias e processos desenvolvidos para atingir determinado fim.

Objetivos da comunicação:

- a. Assegurar que todas as pessoas conheçam e entendam os objetivos e metas do plano;
- b. Garantir que os destinatários guiem suas ações para as boas práticas e sustentabilidade;
- c. Informar a comunidade sobre os fatos mais relevantes;
- d. Promover o comportamento ético e íntegro em todas as ações;
- e. Garantir comprometimento e o apoio de todas as partes envolvidas;
- f. Explicar o que a entidade espera de seus parceiros;
- g. Instrumento para gerar reflexões e resultar em ações positivas na gestão do plano;
- h. Transmitir informações aos seus públicos de interesse (internos e externos) para obter-se um entendimento comum;
- i. Fazer com que as pessoas se sintam partes integrantes do processo, contribuindo para o alcance das metas e objetivos.

A missão da comunicação, somente será atingida se incluir todas as partes interessadas e envolvidas no processo, bem como a sociedade em geral.

A comunicação permite a transmissão das informações de forma adequada por todos os colaboradores, entidades e pelas partes interessadas, com o objetivo de:

- **Informar:** divulgação das ações; divulgação do porquê das ações; divulgação das funções e responsabilidades de todos os envolvidos;
- **Notificar:** informar a concretização de um risco com foco em ocorrências específicas, com acionamento do plano de ação e dos stakeholders com capacidade de resposta;
- **Monitorar:** analisar formalmente o que foi bem feito ou o que foi trabalhado de maneira equivocada e como melhorar os controles envolvidos para ação/atividade.

Processo de comunicação:

- a. Será um processo de duas vias, com o fomento de diálogo e obtenção de retorno quanto a perspectivas e posicionamentos de partes interessadas, sobre as ações e atividades (processo de consulta).

O processo de comunicação possibilitará que os envolvidos e interessados possam contribuir para o processo e levantar preocupações. Além de fornecer e compartilhar informações a respeito da conceção e estruturação do processo.

Métodos de comunicação:

- a. As iniciativas para levar aos atores públicos e privados informações sobre o plano, de forma clara e direta;
- b. As estratégias adotadas dependem do perfil da entidade ou parceiro;
- c. Podem ser utilizadas diversas estratégias:
 - Campanhas;
 - Ações de promoção da informação;
 - Site e app;
 - Relatórios intercalares e anuais;
 - Diálogos com a comunidade e entidades;
 - Anúncios, inquéritos, reuniões, entre outras.
- d. A mensagem deve ser adaptada considerando a entidade/parceiro/destinatários;
- e. A realidade do ambiente e receptor da informação;
- f. O motivo pelo qual está sendo transmitido.

A comunicação e consulta servem para delimitar os papéis e responsabilidades de cada um, e que cada parte se sinta integrante do processo e insira essa preocupação com o cuidado na gestão das ações/atividades.

Processo de consulta:

- a. Não se trata da tomada de decisão conjunta, mas de que as expectativas das partes, conforme sua influência, serão consideradas no processo decisório;
- b. Colaboração dos stakeholders e/ou comunidade em geral, para que comuniquem suas perspectivas;
- c. A interação de múltiplas perspectivas deve ser utilizada para a melhoria do processo, garantindo que os resultados sejam aceites pelas partes interessadas.

Pretende-se fomentar a conscientização e o entendimento sobre a temática e seu impacto na sociedade. Sejam compartilhados materiais a respeito do processo de gestão e como isso implicará no dia a dia dos intervenientes.

Essa informação serve para que as partes envolvidas tenham condições de assimilar a nova realidade e, sendo necessário, possam desempenhar o seu papel.

A forma de demonstrar que todos os requisitos de comunicação e consulta foram considerados, é o desenvolvimento do plano de comunicação e consulta, que deverá conter, mas não se limitar, a:

- Destinatários;
- Objetivos da comunicação;
- Métodos de comunicação;
- Frequência.

De modo a assegurar a participação e consulta de todas as partes interessadas no processo, há que desenvolver um processo final de tomada de decisão participativo, através das reuniões com o GPAL, que conclua um plano preliminar, integrado e consensual, destinado à consulta pública.

Para a fase de consulta e participação pública em geral, será feita a disponibilização do plano em formato digital, em suporte online na página web do município.

Com a consulta pública, pretende-se dar a conhecer o projeto a todos os interessados e permitir que se alcance contributos ou observações, podendo ser positivos ou não, e que pretendam melhorar algum tema do plano, e de acordo com a responsabilidade ambiental do cidadão para o tema.

Após a fase de consulta pública, os contributos recebidos serão ou não integrados, na versão final do PLAI.

A versão final, será enviada a todos os parceiros GPAL e às demais entidades e interessados do concelho e a quem solicitar.

6. O Futuro

O futuro, desenvolve-se a partir, de uma transição de uma Economia Linear, para uma Economia Circular:

- “Ninguém pode ficar de fora!” e “Nada se perde, Tudo se transforma!”;
- Implementar os princípios dos ODS, sendo estes o motor de diversas oportunidades para a economia e sociedade, agregando e recuperando valor de modo mais resiliente, responsável e sustentável;
- Transformação em “Cidade Sustentável” e de reconhecimento ambiental.

Com a implementação deste plano de ação no concelho nos próximos 5 anos, espera-se:

- Continuidade do trabalho com os membros do GPAL;
- Alteração de mentalidades e comportamentos;
- Envolvimento participativo de todos os setores de atividade e particulares;
- Os resíduos gerados sejam considerados:
 1. Um recurso;
 2. Geridos como um recurso endógeno e aproveitado o seu valor socioeconómico;
 3. Aposta na informação dos 5R's: Refletir, Reduzir, Reutilizar, Reparar e Reciclar;
 4. Aposta na Redução, Separação, Reciclagem e Valorização;
 5. Atividade de valor acrescentado e de transição para uma Economia Circular.



A eficácia e a sustentabilidade para o resultado deste projeto, resultará:

- Da participação, sensibilização e mobilização dos stakeholders;
- Da estratégia de gestão de resíduos:
 1. Com a resistência da população às mudanças de comportamentos relativamente à separação de resíduos;
 2. Com contributo na melhoria da eficácia, capacidade e sustentabilidade do sistema de recolha de biorresíduos;

3. Acessibilidade económica da implementação do plano;
4. Capacitação do sistema e do município.

Assim, a sustentabilidade do processo e do resultado passa por promover uma gestão sustentável dos resíduos:

1. Assumir o desafio da Sustentabilidade:
 - a. Económica;
 - b. Ambiental;
 - c. Técnica; e
 - d. Social.
2. Apostar na prevenção;
3. Estreitar relações com as partes interessadas;
4. Encarar os resíduos como Recursos;
5. Ser uma organização auto-suficiente;
6. Aplicar o Princípio do Poluidor-Pagador e da Responsabilidade do Produtor.

Agradecimentos

Direção Geral do Território

Perita Maria João Rauch

Município de Figueira da Foz, Cidade Líder, Valter Rainho

GPAL - Junta de Freguesia do Cabo da Praia, Santa Casa da Misericórdia de Praia da Vitória- valência educativa, Lar D.Pedr V -valência alimentar, Escola Básica e Integrada da Praia da Vitória, Teramb,Eem, Praia Ambiente,E.M., Setor de Ambiente e Zonas Húmidas da Câmara Municipal de Praia da Vitória, Setor HORECA- Restaurante O Pescador e Escola Profissional de Praia da Vitória

Rede de parceiros - Municípios de Arcos de Valdevez, Guarda, Monforte, Moura, Tavira e Vila Nova de Famalicão

Câmara Municipal da Praia da Vitória – Promotor do projeto e parceiro de rede

Praia Ambiente,E.M. – Gestor do projeto e Gabinete de Educação Ambiental enquanto coordenador local

Anexos & informação de Apoio

- 1) Diretiva (UE) 2018/851 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 maio de 2018, relativa aos resíduos;
- 2) Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, aprova o regime geral da gestão de resíduos;
- 3) Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, Guia sobre 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
- 4) PEPGRA 20+, versão final, maio de 2022, visão e objetivos a implementar sobre resíduos na região, Governo dos Açores;
- 5) Açores no rumo da sustentabilidade, regulamento para a definição de regras de funcionamento da “Cartilha de Sustentabilidade dos Açores”, Governo dos Açores;
- 6) Açores- Evento Circular, janeiro de 2023, guia de boas práticas para a organização de eventos circulares, Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas;
- 7) Estudo prévio sobre a implementação da recolha seletiva em Portugal Continental incidindo em especial sobre o fluxo de biorresíduos, julho 2019, Agência Portuguesa do Ambiente;
- 8) Plano Ação para a Economia Circular (PAEC), Ministério do Ambiente;
- 9) Biorresíduos- Contas Certas nos Resíduos, julho de 2020, Ministério do Ambiente e Ação Climática;
- 10) ENEA 2020, estratégia nacional de educação ambiental, junho 2017, Ministério do Ambiente;
- 11) Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2023/A, de 23 março, Programa da Região Autónoma dos Açores 2021 -2027, PO Açores 2030 financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.